

CONIMBRIGA



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA



VOLUME LI • 2012

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

Julio ESTEBAN ORTEGA, *Corpus de Incripciones Latinas de Cáceres. II. Turgalium*. Universidad de Extremadura, Cáceres, 2012. 511 páginas. ISBN: 978-84-7723-933-8.

Julio Esteban Ortega tem-se dedicado quase em exclusivo, nos últimos anos, à investigação epigráfica, percorrendo sem descanso as terras estremehnas, designadamente da província de Cáceres, precioso e bem fecundo alfofre de epígrafes romanas que por ali jazem, dir-se-ia que em todos os cantos, reaproveitadas muitas delas, em posse de particulares outras muitas. A sua diplomacia tem logrado obter os melhores resultados, para benefício e melhor usufruto de quantos se interessam por esta ciência e, de modo especial, por aqueles que sabem quanto este território em torno da capital da Lusitânia foi pólo de atracção das mais variadas gentes, que ali quiseram deixar suas memórias.

Desta feita, Esteban Ortega centrou-se em Trujillo, depois de, num primeiro volume (dedicado ao território da *Colonia Norba Caesarina*, Cáceres, 2007), nos ter mostrado isso mesmo: o abundante manancial de que se dispunha, o «rico conjunto epigráfico de la província de Cáceres» (p. 9). Na verdade, este novo volume vem precisamente na sequência do anterior e, por isso, o *corpus* começa com a inscrição nº 399 e termina na 905.

Delimita-se o território: «abarca desde los rios Tamuja y Gibranzos por el Oeste, extendiéndose hasta la comarca de Las Villuercas, que, siguiendo el arco formado por la Sierra de Las Corchuelas, harían frontera, por el Este, con el territorio augustobrieguense. Por el Norte, el Tajo sirve como frontera natural y, al Sur, los límites provinciales actuales» (p. 9).

Além disso, procura-se, na introdução, traçar uma panorâmica do que se sabe acerca da origem e evolução de *Turgalium*, formada a partir de um povoado da II Idade do Ferro (*Turaca?*), em que terá prosperado uma comunidade de vetões.

É nos textos dos gromáticos referentes à delimitação do *ager Emeritensis* que se registam, na Antiguidade, as poucas alusões à *praefectura* da *regio Turgaliensis*, que, mui provavelmente, não abarcaria todo o território de *Turgalium*. Por outro lado, apenas em três inscrições há palavras derivadas do topónimo: *Lucius Crusinus Primigenius* dedica um altar «al Génio protector

de los Turgalienses» – *Genio Turg(alensium)*, inscrição nº 726, que José M. Iglésias Gil estudara em «Genius Turgalensis» (*Primeras Jornadas sobre Manifestaciones Religiosas en la Lusitania*, Universidad de Extremadura, Cáceres, 1986, 127-132) – e em dois epitáfios se menciona a *origo* dos defuntos: *Libaecus Caenici f(i)lius Turgale(nsis)*, de Plasenzuela (inscrição nº 648) e *Maxsuma Teia Tur[g]ale(nsis)*, de Sierra de Fuentes (CIL II 5307). Acrescenta Esteban Ortega (p. 13) que a «inscripción procedente del conjunto monumental de Trujillo en la que se habla de *aediles* y *duoviri* podría ser la constatación de la promoción de *Turgalium* a la categoría de municipio». Anote-se, de passagem, que se trata de uma ara, hoje perdida, verosimilmente dedicada a uma divindade indígena e a sua reconstituição oferece, na realidade, sérias dúvidas (nº 728).

Em relação à identificação geográfica da referida *praefectura* da *regio Turgaliensis*, anota, como argumento para a localizar «fundamentalmente en la zona situada al sur de *Turgalium*», o facto de aí surgirem as epígrafes com menção da tribo *Papiria* (p. 11), que é, como se sabe, a de *Emerita Augusta*, e também «un número relativamente importante de inscripciones con una cronología antigua, fechable en torno al cambio de era, cuya onomástica de origen itálico debería corresponder a las dos primeras *deduccion*es llevadas a cabo por Augusto, que como sabemos por las fuentes se realizaron en la periferia de la *pertica*» (*ibidem*).

Pareceu-me oportuno pegar já nestas reflexões, antes mesmo de se dar conta da estrutura do volume, para sublinhar que elas constituem, na verdade, as suas únicas notas de teor ‘histórico’, digamos assim. Optou o autor por, no comentário de cada epígrafe, se cingir, de modo especial, às comparações onomásticas, citar as ocorrências de determinado nome e sua mais provável origem etimológica, sem ter havido, por exemplo no final, algumas páginas de síntese, quer, precisamente, sobre a proveniência das gentes, o movimento demográfico, quer a respeito do grau de cultura patente nos monumentos (elementos estéticos, antroponímicos ou textuais). Ficam ao nosso dispor os monumentos, com a leitura, a bibliografia, as fotografias – e esse é já um labor imenso, como facilmente se aperceberá quem verificar a extrema diversidade dos locais de achado, nomeadamente. O objectivo foi claro: criar um *corpus*, fornecer, o mais exaustivamente possível, os elementos epigráficos, a fim de se possibilitarem futuras sínteses e mais amplas considerações acerca dessas problemáticas.

Para isso cumprem, aliás, a sua deveras indispensável função os índices epigráficos (p. 325-341), assim como o rol das correspondências entre os números destas epígrafes e o de outros *corpora* de obrigatoria referência, com destaque especial para a *Hispania Epigraphica on line* (HEpOL), acessível em <http://eda-bea.es/>, hoje um dos nossos instrumentos de trabalho mais usados, iniciativa, de resto, a que o autor tem igualmente dedicado boa parte do seu tempo. A lista dos actuais paradeiros também poderia ser útil para a investigação futura, atendendo a que boa parte das epígrafes apresenta problemas de

leitura e interpretação que só uma nova análise da superfície epigrafada poderá vir a esclarecer e, já se disse, é assinalável a dispersão geográfica dos monumentos aqui estudados.

A complementar, bem nutrido álbum fotográfico (p. 377-511), que muito ajuda na melhor percepção de cada epígrafe, apesar de, futuramente (e este é um aspecto a que doravante os epigrafistas têm, sem dúvida, de prestar mais atenção), se dever encarar a possibilidade de melhor tratamento gráfico de cada fotografia, quer realçando o contraste (aqui, abusa-se dos cinzentos), quer libertando o monumento de tudo o que é inútil e o envolve. Era procedimento moroso até há uns anos atrás; mas agora facilmente se obtém melhor qualidade – para benefício de todos. Optou o autor por um procedimento louvável: inseriu, em cada ficha, em formato reduzido, a foto que vem maior no álbum final.

As fichas estão agrupadas pelos «lugares de procedência», que se apresentam por ordem alfabética, como pode ver-se na lista da p. 341. Dentro de cada localidade, não parece ter havido, porém, qualquer ordem sequencial: nem pelos gentilícios nem por categorias textuais (funerárias, votivas, fragmentos indeterminados...) nem por aspectos formais (estelas, aras...). Não o explicita o autor – que o tenhamos visto – e dá, por isso, a impressão que foi o *corpus* de cada localidade elaborado à medida que as epígrafes iam ‘aparecendo’.

E esta alusão ao aparecimento prende-se com um outro aspecto que seria curioso observar: há epígrafes inéditas? Quantas foram descobertas mais recentemente? Uma fugaz observação das tábuas de correspondência informa-nos que, das 507 aqui incluídas, só 89 constam de CIL II. Em *L'Année Épigraphique* (=AE), a 1ª menção data de 1900 e a mais recente é de 2002, dando, pois, a ideia de que nada se procurou após essa data, dez anos antes da publicação do *corpus*, o que, de facto, não corresponde à verdade, mas significa que, de facto, a investigação epigráfica aí parece ter parado desde essa altura, uma vez que nos volumes subsequentes que compulsei (até ao de 2010), apenas colhi AE 2005 766, dada como proveniente de Trujillo (*Faventia* 27/2 2005 8-9). Será, todavia, curioso verificar que se haviam registado anos de grande acervo, correspondentes às publicações então feitas. Assim, temos 34 em 1977, ano em que se editou o *Corpus Provincial de Inscripciones Latinas (Cáceres)*, de Ricardo Hurtado de San Antonio, um *corpus* ainda repleto de imperfeições, mas o primeiro grande apanhado do que então se conhecia (veja-se *Conimbriga* 17 1978 162-164); contudo, os editores de *L'Année Épigraphique* vão colher informação é no artigo de M. Beltrán Lloris, publicado em *Caesaraugusta* (39-40 1976 19-111), donde transcrevem as epígrafes números 385 a 436. Contamos 62 em 1993, data em que Helena Gimeno e Armín U. Stylow dão a conhecer (in *Veleia* 10 1993 117-178) o manuscrito da Biblioteca de Sevilha, da autoria de Juan Pérez Holguín, que traz 69 epígrafes de Trujillo, 48 até então desconhecidas.

Cada ficha obedece ao seguinte esquema estrutural: descrição da epígrafe e breve caracterização paleográfica do texto; local e circunstâncias do achado;

paradeiro actual; leitura interpretada (em itálico e minúsculas, uma linha em cada linha); variantes de leitura; comentário histórico (predominantemente de natureza onomástica), em que se insere também, quando necessário, um comentário acerca das dificuldades e/ou justificações de leitura. Termina com a atribuição de uma datação fundamentada e com as referências bibliográficas, dadas de forma abreviada, a remeter para a bibliografia inserida no final da obra (p. 360-373).

Um volume com este enorme acervo documental constitui natural e mui aliciante ponto de partida para uma multiplicidade de reflexões.

Sobressai, por exemplo, ao folhear o catálogo fotográfico, interessante panóplia de tipologias dos monumentos e dos motivos decorativos, o que evidencia diversidade de oficinas e de hábitos epigráficos, a apontarem, uns, para a tradição indígena e outros para modelos alheios, já com algum requinte estético. Parece haver um domínio das estelas de topo arredondado, amiúde decoradas com o crescente lunar ou com rosácea hexapétala inscrita em um ou dois círculos concêntricos (caso dos n^{os} 633 e 646). E até seríamos tentados a ver nas paralelas que delimitam as linhas do texto da inscrição n^o 561 um eco dos modelos do Sudoeste peninsular! Aqui e além, em baixo-relevo, a figura humana, rudemente esculpida: a estela que ilustra a capa (n^o 771), a n^o 648... As aras também são toscas. E tudo no granito local. A ocorrência de epígrafes de mármore e de placas retangulares bem molduradas denunciaria um ambiente urbano e a presença de imigrantes – ambiente e presença que este catálogo parece afastar. O n^o 721, de Trujillo, poderá apontar-se como compreensível excepção, pois aí se refere um *triclinem [sic] sito at fanum*, provavelmente de Belona, divindade romana da guerra a que se terão dedicado no território cerca de uma dúzia de epígrafes (p. 335), de modo que mui justamente se considera «una de las más importantes», ainda que, por falta de argumentos válidos, se me afigure pouco convincente a hipótese de «que trás la advocación de la diosa romana se esconda en realidad el culto a *Ataecina*» (p. 288). Nesse âmbito, a epígrafe n^o 843, que viria a ser publicada no *Ficheiro Epigráfico* (94 2012 n^o 420), reveste-se de particular significado, não apenas por ser tipologicamente semelhante à citada n^o 721 mas pela simplicidade do texto – *Bellonae / sacrum / M. Petro(nius) / Severus* – gravado mediante o uso de goíva, a sugerir uma datação dos primeiros anos do Império.

Ainda no domínio religioso, merece alusão especial a localidade de Santa Cruz de la Sierra, donde provieram, até ao momento, três epígrafes a Júpiter (681-683) e duas à *Lux Divina*, o que pode indiciar a existência, não despreciada, de um local de culto, susceptível de ter exercido um papel congregador da população. Não que eu perfilhe sem reticências a opinião de que o culto prestado por um indígena à *Lux Divina* (inscrição n^o 684) implique «un posible sincretismo religioso con una divinidad romana de similares características» (p. 202), mas porque aceite estarmos mesmo perante o culto a essa divindade abstracta, de que uma rápida investigação me levou a concluir não ser devoção noutra local atestada, a darmos crédito, nomeadamente, à informação colhi-

da na base de dados <http://www.manfredclauss.de/gb/index.html>. Para além destas duas aras, existe uma outra, na vizinha Albalá (HEp 10 113), que foi transcrita em AE 2002 687, onde apenas se comenta: «*Lux divina*, d'identité incertaine, c'était déjà attestée dans la région». Certamente já terá havido quem sobre o tema se haja debruçado; contudo, cumpre-me acrescentar que não encontrei, em relação a estas epígrafes, um comentário específico quanto às características da divindade; e acerca da divinização da *Lux* somente a transcrição da frase de uma das personagens da peça *Captivi*, de Plauto (864): «Ego nunc tibi sum summus Iuppiter, idem ego sum Salus, Fortuna, Lux, Laetitia, Gaudium». E, a propósito, não deixará de ser interessante verificar que, praticamente no mesmo horizonte geográfico de Trujillo, em Orjais (Covilhã), se haja encontrado uma ara dedicada, também por um elemento da população indígena, a Júpiter Supremo Sumo (AE 1982 473), epítetos que – tal como aqui – são passíveis de se relacionar mais com um ambiente literário (ou letrado, se se quiser) do que com uma habitual prática epigráfica. Cá está, pois, um exemplo das pistas de investigação que este *corpus* pode proporcionar.

Uma palavra, ainda, também em jeito de exemplificação, a propósito dos comentários de índole onomástica. Acerca do nome *Ambatus*, escreve o autor: «es un fósil onomástico que retrotae a antiguas relaciones de dependencia en el seno de las primitivas sociedades indoeuropeas de la Península. No necesariamente se refiere a gente de condición servil y está bien representado en la epigrafía cacereña» (p. 28). Considerara-o Maria de Lourdes Albertos um «nombre típicamente hispánico», «también muy frecuente en Lusitania, mencionado incluso en fuentes literarias», relacionando-o com o «galo-romano *ambactus* 'servidor'» (ALBERTOS FIRMAT, M^a Lourdes, *La Onomástica Personal Primitiva de Hispania Tarraconense y Bética*, Salamanca, 1966, 21). Esse raciocínio poderia relacionar-se com o facto de se registarem, no conjunto do CIL, pelo menos duas pessoas portadoras desse nome *Ambactus*, detentoras do estatuto de libertos (CIL VI 13402 e CIL X 6494, referenciados por I. Kajanto, *The Latin Cognomina*, Helsínquia, 1965, p. 313). O nome é estudado exaustivamente por José María Vallejo (*Antroponimia Indígena de la Lusitania Romana*, Vitoria-Gasteiz 2005 134-140), concluindo que não pode, de facto, atribuir-se, sem mais, ao antropónimo uma ligação directa com um estatuto servil. Sirva-nos, pois, este exemplo para documentar não só a análise de tipo onomástico que é feita no comentário a cada epígrafe mas também como se trata um domínio, onde, apesar de todos os avanços feitos, muito há ainda por esclarecer.

Claro que, numa próxima edição, serão corrigidas as gralhas que sempre ocorrem num texto com estas características. Anoto: na p. 37, é *Lusitanorum* (e não *Luisitaniarum*); na p. 364, deve ler-se *Ephemeris Epigraphica*; na p. 367, a referência bibliográfica correcta de J. L. Ramírez é: «Teónimo y Antropónimos nuevos en la provincia de Lusitania y zonas próximas», in UNTERMANN (Jürgen) y VILLAR (Francisco) (Eds.), *Lengua y Cultura en la Hispania Preromana*, Ediciones Universidad, Salamanca, 1993, 425-444.

A obra é, por conseguinte, de larga monta e proporciona-nos, no seu conjunto, elementos historiográficos de assaz real valia – com que muito me congratulo.

José d'Encarnação